

**PORTUGAL  
POR INTEIRO**

*territórios de futuro*

**THINK TANK**

**PORTUGAL POR INTEIRO /  
TERRITÓRIOS DE FUTURO**

**«Para se avaliar a esperança, há-se de medir o futuro»**

Pe António Vieira, Uma História do Futuro



**AEP**  
FUNDAÇÃO

**SERRAVES**



O Think Tank **PORTUGAL POR INTEIRO/Territórios de Futuro** é um laboratório de ideias criado pela Fundação AEP, com a missão de promover uma reflexão prospetiva e estratégica sobre o futuro do País a partir dos seus territórios, fora da bolha centralista e tecnocrática e fora da caixa das ideias feitas e das soluções pronto-a-vestir. Mobilizando o saber e a experiência de empresários, académicos, profissionais liberais, dirigentes associativos e inúmeras personalidades da sociedade civil, esta reflexão está focada nos problemas estruturais do país, com particular incidência na coesão, na competitividade e na sustentabilidade territorial, à luz dos desafios e oportunidades geradas pelas mutações/transições «societais» e tecnológicas em curso: demográfica, climática, digital e energética. Os seus trabalhos, consagrados à elaboração de cenários prospetivos e de propostas temáticas para enriquecer a dimensão territorial das políticas públicas, serão disseminados através da realização de estudos e relatórios e da organização de conferências e debates.



## **MANIFESTO** - Think Tank **PORTUGAL POR INTEIRO/Territórios de Futuro**

### **O futuro passa pelos territórios e os territórios são o cerne de uma visão de futuro (e de esperança) para Portugal**

*A pandemia do Covid-19, primeiro, e a guerra na Ucrânia, depois, abriram uma crise sem precedentes em todo o mundo, provocando a instabilidade do presente e agravando as incertezas do futuro. O porvir deixou de ser expectável e seguro e tornou-se ainda mais aberto e indeterminado. Perante a névoa que se instalou diante de nós e a (quase) inutilidade do espelho retrovisor, «para avaliar a esperança» temos, como escrevia o Pe António Vieira, de «medir o futuro.» Uma tarefa difícil e incerta, mas necessária e urgente. E que pode ser traduzida na seguinte questão: Que Portugal podemos (e queremos) ter num horizonte de duas a*



*três décadas? A resposta a uma tal pergunta não poderá ser dada por um qualquer exercício de adivinhação ou previsão; reclama uma reflexão prospetiva sobre os futuros possíveis e o futuro desejável que queremos moldar e construir. Um futuro onde tem de caber «Portugal por inteiro» e, portanto, onde os territórios entram e contam: com a sua diversidade e complementaridades, as suas especificidades e idiossincrasias, os seus equilíbrios e as suas assimetrias. Um futuro que tem de ser pensado fora da bolha centralista e tecnocrática e fora da caixa das ideias feitas e das soluções «pronto-a-vestir», estimulando o debate de ideias e de projetos, incentivando a reflexão prospetiva e estratégica, fomentando uma cidadania ativa e informada capaz de desbravar cenários e caminhos de esperança para Portugal.*



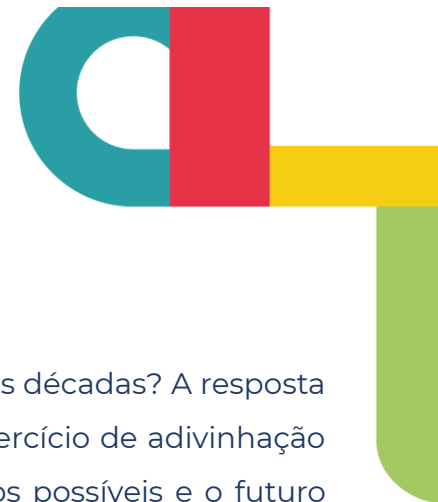
1. Portugal e o mundo mudaram profundamente nos últimos anos. A crise sanitária provocada pela pandemia da Covid-19 alterou as nossas rotinas quotidianas e modos de vida, acelerou tendências latentes ou mutações já em curso (teletrabalho, comércio eletrónico, circuitos curtos, etc.), expôs, por vezes de forma cruel, as vulnerabilidades da (híper)metropolitanização e da (híper)globalização, ou ainda a urgência do combate às alterações climáticas, e abriu uma nova crise social e económica de consequências duradouras e manifestamente imprevisíveis. Uma crise que se alargou e intensificou com os efeitos geopolíticos da guerra na Ucrânia e os quais marcarão decisivamente o futuro das nossas vidas, das nossas economias e, até, dos nossos sistemas políticos.

2. As crises do presente acentuaram as incertezas do futuro. O porvir deixou de ser expectável e seguro e tornou-se ainda mais aberto e indeterminado. Ora, é em



períodos como este, marcados por ruturas profundas com o passado, que mais precisamos de «pensar o futuro». Perante a névoa que se instalou diante de nós e a (quase) inutilidade do espelho retrovisor, «para avaliar a esperança» temos, como escrevia o Pe. António Vieira, de «medir o futuro.» Ou seja, temos de sondar os futuros possíveis se queremos construir um cenário do futuro desejável e, sobretudo, exequível. O futuro é domínio de liberdade, de poder e de vontade: de liberdade, porque os cenários possíveis são múltiplos e indefinidos; de poder, porque dispomos de uma (limitada) margem de manobra para agir sobre o seu curso; de vontade porque forjar um futuro desejável reclama uma intenção, uma estratégia e meios para a sua concretização.

3. (Re)pensar o nosso futuro coletivo enquanto país e comunidade humana é uma tarefa difícil e incerta, mas necessária e urgente. E que pode ser traduzida na seguinte



questão: Que Portugal podemos (e queremos) ter nas próximas décadas? A resposta a uma tal pergunta não poderá ser dada por um qualquer exercício de adivinhação ou previsão; reclama uma reflexão prospetiva sobre os futuros possíveis e o futuro desejável que queremos moldar e construir. Esta reflexão deve assentar em três premissas fundamentais: um horizonte de médio prazo (20 a 30 anos), para que seja possível indagar para além da espuma dos dias, do imediatismo dos ciclos eleitorais ou das tendências e conjunturas circunstanciais: uma análise retrospectiva e sistemática dos problemas e bloqueios estruturais do país, nomeadamente a baixa produtividade e competitividade das empresas; os défices financeiro e económico externos; a baixa qualificação dos recursos humanos; as desigualdades sociais e territoriais, etc; incorporar os desafios e as oportunidades geradas *pelas grandes*



mutações/transições «societais» e tecnológicas em curso: demográfica, climática, digital e energética.

4. Na imagem do futuro do país que queremos deve caber «Portugal por inteiro». Uma imagem onde o país tem de ser visto como um todo e, portanto, onde os territórios entram e contam: com a sua diversidade e complementaridades, as suas especificidades e idiossincrasias, os seus equilíbrios e as suas assimetrias. O futuro passa pelos territórios e os territórios são o cerne de uma visão de futuro (e de esperança) para Portugal. Tendo a crise pandémica (e a guerra na Ucrânia) acabado com a hegemonia da tese de que «fora das áreas metropolitanas não há futuro» ou de uma certa conceção da globalização que propalava a desterritorialização das nossas economias e sustentava, até, a caducidade da noção de território, o porvir deve ser enraizado nos territórios, ou seja, numa realidade palpável, quotidiana, concreta, à





medida do homem. A resiliência e a sustentabilidade do país, indispensáveis para enfrentar (novas) crises e choques globais dependem, em larga medida, da preservação da diversidade e da valorização das complementaridades territoriais. O reforço da competitividade e da coesão nacional, imprescindíveis para assegurar o progresso e o bem-estar das populações, não pode dispensar o contributo efetivo do país no seu todo. Os territórios são ainda detentores de um capital material e simbólico e de um potencial de inovação e de criatividade imprescindíveis para transformar o mundo e as nossas vidas. Por todas estas razões, enraizar o nosso futuro coletivo nos territórios deve ser uma ambição e um desafio permanente para os sujeitos e destinatários da ação e das políticas públicas.

5. Queremos pensar o futuro do País e dos seus territórios fora da bolha centralista e tecnocrática e fora da caixa das ideias feitas e das soluções «pronto-a-vestir». A



complexidade dos problemas e a natureza disruptiva dos desafios que temos pela frente exigem muito mais do que as velhas e gastas receitas, marcadas pelo fatalismo das inevitabilidades, ou das soluções universais e mágicas do racionalismo tecnocrático. Para enfrentar novos problemas e desafios precisamos de abordagens e soluções inovadoras, mas também de novos modelos de decisão e governança e, sobretudo, de novos intervenientes. Precisamos de uma (nova) polifonia de sensibilidades, de perspetivas e até de interesses que emanem dos diferentes setores da sociedade e dos diferentes territórios, garantindo um distanciamento saudável aos centros do poder e aos aparelhos administrativos e aos seus referenciais monolíticos e narrativas oficiais. O que pressupõe a mobilização e o envolvimento dos portugueses espalhados pelo país, de Bragança a Faro, das Flores ao Funchal, nas análises e diagnósticos, na definição de estratégias e na construção das respostas necessárias



para resolver problemas e superar desafios. Do mesmo modo, pensar fora da caixa implica convocar a ciência e o conhecimento, os seus métodos e as suas ferramentas, o seu inconformismo e a sua criatividade, para encontrar caminhos alternativos e soluções inovadoras.

7. Queremos estimular o debate público de ideias e de projetos sobre o futuro do País, incentivando a reflexão prospetiva no seio das instituições e da sociedade civil e fomentando uma cidadania ativa e informada; colocar a ciência e o conhecimento, a criatividade e a inovação, ao serviço da construção de soluções, medidas e políticas para a mobilização do potencial de desenvolvimento dos territórios e a construção de um país mais seguro e sustentável, competitivo e coeso, inclusivo e próspero. A nossa abordagem é inspirada pelos valores da relevância, da independência e da cooperação: acreditamos no poder da ciência e do conhecimento para vencer os



grandes desafios do séc. XXI e construir um futuro desejável e exequível; defendemos a liberdade de pensamento, a responsabilidade, a inovação e a imaginação; valorizamos o trabalho em equipa, em parceria e em rede e a força coletiva da sociedade civil e dos seus membros para resgatar o futuro e construir um cenário de esperança para Portugal.



**PORTUGAL  
POR INTEIRO**

*territórios de futuro*